

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.651.878 - SP (2020/0014367-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ANTÔNIA PEREIRA MARTINS
ADVOGADO : ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA - SP101471
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : DICIM COMERCIO REPRESENTACAO EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA - SP101471

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ANTÔNIA PEREIRA MARTINS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL AGRAVO INTERNO ARTIGO 1021 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL APLICÁVEL IN CASU O DISPOSTO NO § 4º DO ARTIGO 20 DO CPC/73 DECISÃO MONOCRÁTICA QUE MAJOROU OS HONORÁRIOS PARA R\$ 10.000,00. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022, I a III, do CPC/15, no que concerne à negativa de prestação jurisdicional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O julgado se recusa em debater espectro econômico, e nem em corrigir erro material, em total afronta aos artigos 1.022, I a III, c/c 489, § 1º, do CPC de 2015 o que soa injusto, e típico dos julgados proferidos em error in procedendo e error in judicando. Fixar os honorários em R 10.000,00, com o valor da causa fiscal em praticamente 100 vezes maior que este valor, não remunera condignamente o trabalho realizado e sua importância jurídica - econômica (fls. 1742).

No caso, o percentual de 0,1% ainda que sobre o valor da causa atualizado, é aviltante, como tem decidido o STJ, que reconhece em fixação por equidade, ou por percentual, que até 5% (cinco por cento), é o patamar condigno, e que fixações abaixo de 1% presumidamente se consideram aviltantes (fls. 1742).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 20, § 4º, do CPC/73, no que concerne à impossibilidade de fixação de honorários aviltantes nos casos de extinção da execução fiscal, trazendo o(s)

seguinte(s) argumento(s):

Assim, houve violação explícita ao artigo 20, § 4º do CPC de 1973, já que não foi fixado com equidade, mas sim com evidente caráter AVILTANTE, e nem INFIMO, mas INFINITESIMAL, SE LEVADO EMCONTA O VALOR ATUALIZADO, QUANDO NEM CHEGA A 1% (hum por cento), o que é muito pior (fls. 1742).

Risco enorme, o que demonstra que é totalmente desproporcional e IRRISÓRIO fixar-se honorários entre - 0.1%, da execução fiscal, o que é dissonante do princípio da justa remuneração do trabalho realizado, de serviço jurídico, na defesa de direitos de cidadão (fls. 1743).

Em relação à mesma tese recursal aponta, ainda, divergência jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 7/3/2018, DJe de 23/3/2018 e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1.491.187/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, julgado em 7/3/2018, DJe de 23/3/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Como exposto na decisão agravada, o exercício da advocacia, pública ou privada, não pode ser amesquinçado com a fixação de honorários que se mostram baixíssimos, conforme a singularidade do caso. Também não devem ser excessivos sem que para tanto haja uma razão de direito.

No entanto, a singeleza da matéria tratada não recomenda que a base de cálculo dos honorários seja o valor da causa que era da ordem de R\$ 801.403,40 (fls. 31).

Assim, à vista da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como o desforço profissional e o sucesso da demanda, arbitrei o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor dos patronos da parte embargante, a ser atualizado conforme os critérios da Resolução nº 267/2013 do Conselho da Justiça Federal.

Assim procedi uma vez que a quantia se adequa ao quanto recomendava o § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil de 1973 (vigente na época), que permitia um juízo de equidade sobre a verba honorária, juízo esse que comportava a eleição de um valor fixo, mesmo que inferior ao percentual de 10% sobre o valor da causa, atendendo dessa

forma as normas constantes das alíneas a, b e c do § 3º do referido dispositivo legal, considerando as especificidades do processo.

Anoto que os embargos foram opostos em 30/03/2012, recebidos em 09/05/2013 (fl. 1458) e, em sua impugnação aos embargos apresentada em 12/07/2013, a embargada reconheceu de pronto que a embargante não deveria permanecer no polo passivo, uma vez que a mesma só ingressou na sociedade após a ocorrência dos fatos geradores do tributo em cobro (fls. 1459/1503).

Tendo em vista o tempo entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença e a reconhecimento da parte embargada acerca da ilegitimidade da embargante em permanecer no polo passivo, entendo que a verba honorária deva permanecer tal como fixado na decisão agravada (fls. 1717).

Assim, a alegada afronta ao art. 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confirmam-se, nesse sentido: REsp 1808357/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 17/9/2019, DJe de 20/9/2019 e EDcl no AgInt no AREsp 1422337/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 9/9/2019, DJe de 12/9/2019 e AgInt no REsp 1780519/RO, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe de 28/6/2019.

Ademais, quanto ao art. 489, § 1º, do CPC/15, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a matéria atinente ao dispositivo arrolado não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas honorárias, esta restringe-se aos casos em que fixadas na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se

verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível, em recurso especial, a revisão dos valores fixados a título de honorários advocatícios e *astreintes*, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância das importâncias arbitradas, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos” (AgInt no AREsp 1.340.926/PE, relator. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1280289/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 18/3/2019, DJe de 21/3/2019; AgInt no AREsp 1.316.077/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/2/2019; AgInt no AREsp 1.341.142/RS, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 4/2/2019; e REsp 1.771.668/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018.

Quanto à alínea “c”, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial , nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente